



## ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

# *Razões para continuarmos*



12 Maio 2006

No Encontro Nacional de Militares na situação da Reserva e da Reforma, foi aprovada uma Resolução importante. De entre outros aspectos, incumbia as Direcções das associações promotoras de encaminharem a Resolução para os Órgãos de Soberania e mandataram uma Comissão para levar a efeito uma Vigília Nacional que desse visibilidade às preocupações e Indignação daqueles nossos camaradas.

Como os problemas, em grande parte, são comuns a todos os militares, embora sofridos de formas diferentes, resolveram as associações socioprofissionais de militares promotoras, ANS e APA, estudar a viabilidade de estender a participação aos camaradas na efectividade de serviço.

Tal facto originou uma convocatória dos 3 presidentes das associações para uma reunião com o ALM CEMGFA, para, entre outras questões, os informar que os militares na efectividade de serviço não deveriam participar na Vigília. Desde logo os presidentes das duas associações promotoras afirmaram não assumir tal compromisso.

O ALM resolveu convocar um CCEM extraordinário que decidiu produzir uma mensagem onde insinuam uma ordem, sob a forma de esclarecimento, de proibição de os militares no activo participarem naquela iniciativa.

Em face disso, e para não deixar qualquer margem para dúvidas de que continuamos a respeitar as ordens dos CEM, mesmo quando as consideramos ilegítimas, como foi o caso, e surgem de forma insinuada e não expressa, já em cima da hora resolvemos encontrar uma forma de conjugar ambos os objectivos: acatar a ordem e dar visibilidade também à nossa Indignação.

Quanto à iniciativa é importante realçar alguns aspectos menos conhecidos e que podem levar a conclusões erradas sobre a forma como decorreu.

O primeiro aspecto é que há um mês não tínhamos a rede de contactos com camaradas na Reserva e Reforma que criámos, e possibilitou a implementação da iniciativa com carácter nacional, expressa mesmo nos relatos mais negativos veiculados por alguma imprensa. Uma Vigília realizada durante várias horas de pé, concretiza-se sempre com uma massa de pessoas flutuante em número e composição, portanto, em Lisboa, em alguns momentos, estiveram mais de 200 camaradas e famílias e, já no fim, de facto, cerca de 60. No entanto passaram por lá mais de 300.

Talvez por isso o Governo Civil não autorizou a sua realização no Jardim, onde havia bancos, relva e sombra. O incómodo de estar 4 horas em pé para homens e mulheres já de idade avançada não é tarefa fácil, daí a importância da decisão dos camaradas do activo, se deslocarem ao local para darem um abraço de agradecimento e solidariedade pelo esforço daqueles camaradas. Estarem 4 horas de pé, ao vento e ao Sol, segurando os panos em defesa da nossa Condição Militar não deve ter sido fácil. O nosso Obrigado, pela coragem, persistência e força demonstradas!

O segundo aspecto, a enorme importância que aquela decisão dos camaradas do activo teve. Pela sua enorme importância táctica, pois, de facto, em cima da hora, conseguimos demonstrar mais uma vez uma enorme capacidade organizativa, maleabilidade táctica, disciplina, coesão e civismo.



Os nossos camaradas ao tomarem aquela decisão na Reunião realizada no Mercado da Ribeira à porta fechada, foi um dado novo com virtualidades que importa reter e estudar. De facto, porque os jornalistas tinham a percepção de que os camaradas reunidos iriam tomar alguma decisão importante e de cariz novo, não arredaram pé e encontraram alternativas para manterem a cobertura da iniciativa.

Mas de tudo, o mais importante foi o ânimo e a alegria que transpareceu no rosto cansado dos nossos camaradas mais velhos quando nos viram chegar junto de si, em apoio reconfortante, dar-lhes uma abraço de gratidão. Depois o hino de todos nós, ecoando a plenos pulmões, cantado em uníssono pelos militares e seus familiares presentes, transmitido em directo nos lares portugueses. É a imagem de cidadãos civicamente educados e responsáveis, dos quais qualquer chefe militar se pode e deve orgulhar.

Em terceiro lugar, importa relevar que, mais uma vez, os cidadãos em uniforme, de todas as situações militares e suas famílias, exerceram os direitos de cidadania, consagrados na Constituição e na Lei, no mesmo dia em que as Forças Armadas estiveram empenhadas num enorme exercício militar, que decorreu como se a Família Militar estivesse tranquila nos seus lares e serviços e não, em todo o País, junto aos Órgãos representativos do Governo, indignada.

Em quarto lugar, certamente, a forma elevada e ordeira como estava a decorrer a Vigília junto à residência oficial do PM, levou a que o seu assessor militar, MAJ GEN António Joaquim de Aguiar Pereira Cardoso, convidasse os dirigentes associativos a transmitirem-lhe os problemas motivadores daquele evento, criando-se, assim, mais um espaço de diálogo.

Nessa sequência, foram recebidos em audiência informal, os dirigentes da ANS e da APA, David' Pereira e Luís Reis, respectivamente, acompanhados por um elemento da Comissão de Militares na Situação de Reserva e Reforma (CMSRR). A audiência decorreu com grande frontalidade e cordialidade, entre pessoas que falam a mesma linguagem. O senhor GENERAL mostrou-se sensível e conhecedor dos problemas apresentados, e afirmou que iria transmitir e sensibilizar o senhor PM para a importância da sua resolução.

Da audiência depreendeu-se ainda que há espaço e possibilidade, não só para que alguns dos problemas apresentados sejam resolvidos, como algumas medidas poderão ainda ter desenvolvimentos mais favoráveis, bastando para tal que os responsáveis políticos o entendam.

Em quinto lugar, é urgente continuar com o esforço de informação, mobilização e organização dos camaradas em todo o País, a partir dos núcleos que surgiram e funcionaram, por mais diminutos que tenham sido. Só este trabalho organizativo nos poderá levar a acções e objectivos mais ousados, a reforçar a unidade da Família Militar, a confiança e a alcançar os objectivos a que nos propomos.

Este caminho que trilhamos, tem-se revelado o adequado. Comprova que a luta, ao contrário do que alguns tentam fazer crer, abre portas e espaços de diálogo, ajuda a encontrar soluções justas, diminui o impacto negativo das medidas, reforça a unidade e a confiança nos objectivos traçados.

***Para que a razão e a justiça prevaleçam***, tal como a resolução aprovada no Mercado da Ribeira pelos camaradas na efectividade de serviço diz, ***FAREMOS O QUE TIVERMOS QUE FAZER!***

Lisboa, 12 Maio de 2006

A Direcção